

• Nacional

ENSINO

As escolas particulares decidem, em Brasília, adiar início das aulas

por Eliano Simonetti
de Brasília

As escolas particulares de 1º, 2º e 3º graus não devem iniciar as aulas antes que o governo libere o índice de reajuste de suas semestralidades, ou que se conclua pela inconstitucionalidade dos decretos, que estabeleceram a forma destes reajustes e a desobediência a eles seja legalmente possível. Esta foi a determinação da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, depois de dois dias de reunião em Brasília.

Conforme, no final da tarde de ontem, o presidente da Federação, Roberto Dornas, as quatro decisões tomadas pelos 24 sindicatos e quatro associações, envolvendo 35 mil escolas e aproximadamente 6 milhões de alunos foram as seguintes:

- adiamento das aulas;
- não aceitação da negociação entre pais, professores e direção da escola, previsto no decreto;
- fixação de valores provisórios para as próximas prestações, com base em índice que cada escola julgar necessário, mesmo sem o reinício das aulas; e
- estudo sobre a constitucionalidade do decreto que deu competência ao ministro da Educação para fixar o reajuste do primeiro semestre deste ano, e do outro, que alterou a formação e a competência das comissões de encargos educacionais.

Dornas disse que "as proposições do Ministério da Educação são falaciosas, porque tentam dar a impressão de que há liberdades; mas quando as escolas receberem oxigênio já estarão mortas". Para ele, o MEC não propôs nada novo, "criou novas comissões de encargo para não funcionar, já que a maioria de membros são do Poder Público, da UNE e de alunos que não vão concordar nunca com o aumento do preço da escola". Mais que isso, segundo ele, o governo está propondo uma "rolagem da dívida das escolas, com a

negociação de índice como antecipação, comprometendo a receita futura com a despesa de hoje".

As escolas particulares estão, portanto, pressionando o governo para a liberação de seu índice de reajuste, ameaçando inclusive fechar porque "a escola não vai subsidiar o aluno". Dornas diz que a Constituição prevê que o Poder Público deve amparar o ensino privado técnica e financeiramente, e que não está fazendo isso.

O secretário geral adjunto do Ministério da Educação, Luiz Bandeira, afirmou, depois da divulgação da decisão das escolas, que o governo mantém a decisão de não rever o índice de reajuste estabelecido para as semestralidades escolares do primeiro semestre deste ano. Segundo ele, os estabelecimentos que transgredirem a lei estarão sujeitos à fiscalização da SUNAB, que aplicará multas de até cem MVR (maior valor de referência), ou seja, CZ\$ 32.828.

O governo autorizou um reajuste de 35% sobre o valor da semestralidade, deu direito a mais 15%, desde que negociados com pais e professores, e criou ainda a figura da correção de defasagem, sem limite, que pode ser solicitada às comissões de encargos caso a escola comprove contabilmente sua necessidade. Sobre isso, ainda, poderá ser pleiteado mais 50%. O que incomoda as escolas é, em primeiro lugar, a negociação, pois, como disse ontem a este jornal um presidente de sindicato, "se o governo não consulta o consumidor para aumentar o preço da gasolina, porque faz isso conosco?". Em segundo lugar, incomoda os donos de escola o fato de serem eles agora minoria nas comissões que decidem os reajustes.

Bandeira disse ontem que, caso seja mantida a decisão de parar, "o governo adotará medidas para atender a contento os estudantes que ficarem sem escolas até que a situação se normalize".